

## INTERVENÇÃO NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA EM 6.11.2008 SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2009

Sr. Presidente da Assembleia da República  
Srº 1º Ministro  
Srs. Membros do governo  
Srs. Deputados

O sr. 1º ministro e o seu Ministro das Finanças continuam a falar muitas vezes do êxito que é a redução do défice, talvez por não terem nada de mais importante para apresentar ao fim de quase 4 anos de governo. Mas o País tem coisas muito mais importante para as pessoas que o défice.

**AS FAMILIAS NUNCA TIVERAM TÃO ENDIVIDADAS COMO AGORA.** Em 2007, a dívida das famílias já representava 126% do Rendimento Disponível. E continua a aumentar. Entre Janeiro de 2005 e Setembro de 2008, a taxa de juro de habitação aumentou 54%, fazendo disparar as prestações de habitação, tornando-as incomportáveis para muitas famílias. E mais de metade das famílias portuguesas estão endividadas com a aquisição da habitação.

**AS EMPRESAS TAMBÉM NUNCA ESTIVERAM TÃO ENDIVIDADAS COMO AGORA.** No fim de 2007, o rácio do seu endividamento correspondia já a 114% do PIB. E com o agravamento da crise a situação nomeadamente das PME's tornou-se insustentável. O governo fala muito na linha de financiamento de 1000 milhões de euros. Mas os problemas masi graves das PME's são as dificuldades de tesouraria e a linha de crédito de 1.000 milhões de euros não tem esse objectivo.

Porque razão o governo no lugar de fazer pequenas alterações no pagamento por conta não acaba com o PEC para as PME's como defende o PCP, o que aliviaria estas empresas.

**O governo fala muito de défice orçamental, mas ainda não compreendeu que mais grave do que este défice é o défice externo e o vertiginoso endividamento do País que é um indicador também da falta de competitividade crescente da economia portuguesa .**

De 2005 a 2007, ou seja, em três anos de governo socialista, o saldo negativo acumulado nas nossas contas externas somou mais de 45.000 milhões de euros, fazendo disparar **a dívida externa que já é superior a 87% do PIB.**

E de Janeiro a Agosto de 2008 o saldo negativo da Balança Corrente rondou os 12.500 milhões de euros, fazendo prever que este ano ultrapasse mesmo os 11% do PIB. Isso irá determinar, conjuntamente com o endividamento do Estado devido ao apoio à banca, o encarecimento do crédito no mercado internacional para Portugal que o sr. Ministro das Finanças nunca fala, a anulação dos eventuais efeitos positivos da redução do défice que sempre fala.

Em 2007, a transferência de rendimentos para o estrangeiro atingiu 20.000 milhões de euros. Uma parte crescente da riqueza criada em Portugal está a ser assim transferida para o exterior, para pagar juros e dividendos. Como consequência uma parcela importante e crescente da riqueza criada no País, já não fica em Portugal. **Entre 2004 e 2007, a percentagem do PIB transferido para o exterior quase triplicou, pois passou de 1,6% para 4,3% do PIB.**

O crescimento da economia medido com base no PIB tem sido anémico nestes três anos de governação socialista. Mas se o medirmos com base no PNB, ou seja, com base na riqueza criada que efectivamente fica no País, podemos dizer que nos últimos 3 anos temos vivido no paraíso estagnado socialista. **A quebra verificada no PIB potencial, cujo valor é já inferior a 1,5%**, fruto também da política seguida torna muito difícil qualquer crescimento sustentado elevado no futuro.

A obsessão de reduzir o défice tem levado o governo a reduzir o investimento público. Apesar de economistas conceituados como o Nobel Paul Krugman afirmarem que numa crise a

gravidade como é a que enfrentamos “não é o momento de preocupar-se com o défice”, a proposta de OE2009 do governo continua dominado pela obsessão do défice. Embora o 1º ministro diga que o investimento aumenta muito em 2009, a realidade desmente essas afirmações. Entre 2005 e 2007, o investimento previsto do PIDDAC diminui em 31% em termos nominais, pois passou de 6.724 milhões de euros para apenas 4.641 milhões de euros. E a parte financiada pelo OE em 2009 é apenas de 1.671 milhões de euros.

## **COMO É POSSIVEL DINAMIZAR A ECONOMIA E COMBATER OS EFEITOS DA CRISE COM UM INVESTIMENTO PÚBLICO TÃO REDUZIDO?**

Em 2009, a injustiça fiscal vai aumentar em Portugal não respeitando a 2ª parte do artº 103 Constituição que estabelece que um dos objectivos da politica fiscal deverá ser também “uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”. No entanto, as receitas obtidas com os **impostos indirectos, que são os mais injustos, vão aumentar 1,2 pontos percentuais, pois passam, entre 2008 e 2009, de 57,7% para 58,9% das receitas fiscais totais.**

Endividamento das famílias e das empresas, aumento da carga fiscal sobre trabalhadores e reformados, quebra no investimento e nas exportações, e aumento do endividamento externo, tudo isto num contexto de grave crise internacional está a determinar que o País caminhe rapidamente para a estagnação económica. Só o governo o 1º ministro não conseguem ver. E não são apenas as previsões coincidentes do FMI e da União Europeia que confirmam isso. O INE tem divulgado quase diariamente informações que revelam quebras importantes em todos os sectores da actividade económica nacional.

No fim de 2004, a população empregada com o ensino básico ou menos correspondia a 72,7% da população total empregada. Em 3,5 anos diminuiu apenas 2,7 pontos percentuais. **A este ritmo seriam necessários mais de 48 anos para alcançar a média actual da União Europeia que é de 31%..**

A nível do ensino superior, o estrangulamento financeiro das universidades e politécnicos imposto por este governo associado à introdução do paradigma de Bolonha está a determinar uma degradação rápida do ensino superior e a transferência de custos incomportáveis para as famílias. **Hoje, para se poder obter o ensino superior completo tem-se de tirar o mestrado que custa, em média, 5000 euros, despesa essa incomportável para a maioria das famílias.** 80% do investimento do ensino superior está centralizado na Fundação de Ciência e Tecnologia, que tem critérios de repartição pouco transparentes, privilegiando as universidades privadas estrangeiras em prejuízo das nacionais.

O desemprego está a aumentar, mas o ministro do Trabalho gaba-se de reduzir a despesa com o desemprego. Depois da publicação da nova lei do subsidio de desemprego, ou seja, entre 2007 e 2009, a despesa prevista com o subsidio de desemprego baixou de 1.960 milhões de euros para apenas 1.580 milhões de euros, ou seja, em 20%. . Em Julho de 2008, **o numero de desempregados a receber subsidio de desemprego era apenas de 243.000 o que correspondia a uma taxa de cobertura de 59% do desemprego oficial, mas muito menos em relação ao desemprego efectivo total.**

É desta forma e também à custa dos reformados a quem nega devolver os 55€/dia que lhes tirou, que o ministro do Trabalho obtém saldos positivos anuais de 1.500 milhões de euros na Segurança Social, o que têm servido para reduzir o défice.

O sr. 1º ministro afirmou ontem que os trabalhadores da Administração Pública não iriam ter em 2009 uma diminuição do seu poder de compra. Em relação a 2008, já tinha prometido o mesmo, e os resultados são conhecidos. Se juntarmos estes dois anos, os vencimentos aumentam 5% e a inflação 5,5%. A juntar a isto há ainda a acrescentar o aumento de apenas 4,6% nos escalões do IRS, portanto menos do que a subida da inflação e dos salários, o que teve também um efeito corrosivo nas remunerações de todos os trabalhadores, incluindo os da Administração Pública. **Infelizmente é isto o que vale a palavra dada pelo 1º ministro.**

Eugénio Rosa  
Deputado  
6.11.2008